

Capítulo II: Teorias sobre os prós e os contra da aprendizagem “precoce” da Língua Estrangeira

1. Conceito de Ensino “Precoce” do Inglês

O conceito de ensino “precoce” carece de alguma clarificação. Numa primeira leitura, a precocidade, tem a ver com o facto de que o Inglês ser leccionado como Actividade de Enriquecimento Curricular, constando das actividades não formais de complemento de currículo no 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo, por isso, precoce, face ao momento em que é leccionada a disciplina formalmente, pertencendo ao currículo, ou seja, no 2º Ciclo do Ensino Básico.

Uma leitura mais aprofundada do conceito remete-nos, inevitavelmente, para a questão do momento crítico da aprendizagem desta matéria. Tavares & Alarcão (1990) ajudam-nos a esclarecer melhor o conceito. Pensamos que falar de ensino “precoce” deverá ser entendido como um ensino “atempado”, tomando este “atempado” como sinónimo de “readiness” ou de maturidade específica. Segundo aqueles autores esta maturidade verifica-se quando o aluno está «“pronto”, “preparado” para “avançar no seu processo de aprendizagem» (Tavares & Alarcão, 1990: p.125). Os autores consideram dois aspectos da maturidade específica: uma mais ligada ao conteúdo “*independentemente do nível de desenvolvimento do aluno*” (Tavares & Alarcão, 1990: p.125); outra relacionada com “*as capacidades do educando, com o seu nível de desenvolvimento*” (Tavares & Alarcão, 1990: p.126). Desta abordagem podemos inferir que a criança pode aprender a Língua Estrangeira independentemente do seu nível de desenvolvimento desde que a forma de ensinar seja sequencial ou então é necessário perceber se a criança está pronta ou tem um determinado nível de

desenvolvimento para efectuar essa aprendizagem. Deste modo, Tavares e Alarcão (1990) sugerem *“uma intervenção no processo de desenvolvimento através de uma aprendizagem equilibrada, realizada em círculos concêntricos, em espirais”* (Tavares & Alarcão, 1990: p.126) pois é desta forma que Bruner (1963, citado por Tavares & Alarcão, 1990) concebe a aprendizagem da criança *“...the intellectual development of the child is no clockwork sequence of events; [...] It can also lead intellectual development by providing challenging but usable opportunities for the child to forge ahead in his development.”* (Bruner 1963, citado por Tavares & Alarcão, 1990, p.126)

Para corroborar com esta ideia, Tavares e Alarcão (1990) referem que Thorndike concebeu a aprendizagem da seguinte forma: aprender era resolver um problema. A aprendizagem consistia em estabelecer uma conexão, a nível do sistema nervoso, entre estímulo e reacção conseguida após uma série de tentativas e erros. Thorndike enunciou *“as suas três leis da aprendizagem”* que giram à volta da ideia de que a aprendizagem anda associada a um esforço que é recompensado. São elas a lei do efeito, lei do exercício e lei da maturidade. A lei do efeito era quando a conexão entre um estímulo e uma reacção era reforçada ou enfraquecida consoante a satisfação. A lei do exercício ou frequência reflecte que a repetição, por si só, não conduz a aprendizagem se não for acompanhada de resultados positivos e a lei da maturidade (“readiness”) demonstra que se um organismo estiver preparado para estabelecer conexão entre o estímulo e a reacção, a aprendizagem efectuar-se-á. (Tavares e Alarcão, 1990)

Esta teoria remete-nos para a aprendizagem do Inglês como Língua Estrangeira ao 1º Ciclo. Comprovadamente uma criança aprende significativamente melhor se houver reforço positivo da resposta ou reacção que mostrar perante o estímulo. A capacidade do cérebro da criança para estabelecer estas conexões é, de acordo com Harley (2008), estabelecida no

momento em que a lateralização do cérebro é ainda muito flexível. De facto, Lenneberg (1967, citado por Harley, 2008) estabelece um período crítico precoce (early critical period) onde a especialização dos hemisférios se estabelece. Deste modo, durante esse período crítico a criança possui um grau de flexibilidade que depois é perdido quando o período crítico termina.

Também é de realçar a importância deste período para que certos acontecimentos linguísticos ocorram, pelo que alguns teóricos argumentam que a língua é adquirida mais eficazmente durante este período crítico. Face ao exposto, ainda de acordo com Harley (2008), existem estudos que comprovam que o hemisfério direito do cérebro detém um papel importante na aprendizagem precoce da língua. Também este período crítico tem servido de explicação para a questão da aquisição da língua ser difícil para crianças mais velhas e para adultos. De facto, de acordo com Harley (2008) a hipótese do estado de maturidade defende que esta capacidade desaparece ou diminui à medida que a maturidade avança, assim como a hipótese do exercício que defende que esta capacidade tem que ser exercida cedo, se não é perdida. Então ambas as hipóteses prevêem que as crianças serão melhores que os adultos para adquirir a primeira língua. (língua mãe) (Harley, 2008)

No entanto, a hipótese do exercício também prevê que desde que a criança tenha adquirido a língua mãe durante a infância, a capacidade de adquirir outra língua ficará intacta e pode ser usada em qualquer idade. Mas a hipótese da maturidade já defende que esta capacidade de aprendizagem da segunda língua é superior na criança, porque diminui à medida que a idade avança.

Contribuindo para ilustrar o conceito de “precoce”, de acordo com Frois (2002, citado por Cruz, 2006), o ensino precoce de Línguas Estrangeiras é

Capítulo II: Teorias sobre os prós e os contra da aprendizagem “precoce” da Língua Estrangeira

o trabalho de iniciação a determinada língua no 1º Ciclo ou JI1, ou antes de sensibilização a um outro idioma, estabelecendo-se através de um processo de impregnação, desencadeador de mecanismos mais de aquisição (processo natural espontâneo) do que de aprendizagem (processo construtivo, programado).

Tendo em consideração as explicações do conceito atrás referidas, ao longo deste trabalho, a utilização de ensino “precoce” das Línguas Estrangeiras ou de ensino “atempado” das Línguas Estrangeiras deve entender-se como o ensino realizado, no caso português nas Actividades de Enriquecimento Curricular do plano de estudos do 1º Ciclo do E.B. e no momento crítico identificado como o momento de “readiness”.

¹ JI- Jardim de Infância (Nota de nossa autoria).

2. Teorias sobre os prós e os contra da aprendizagem precoce da Língua estrangeira

O Conselho da Europa defende, desde 1989, no projecto “Language Learning for European Citizenship” que a aprendizagem de diferentes línguas ocorra ao longo da vida, começando pelo ensino “precoce” de línguas estrangeiras.

De acordo com Cruz, Ferraz, Azevedo, Neves & Vale (2006) o conceito de ensino “precoce” de línguas estrangeiras foi revisto nos últimos anos, uma vez que, na União Europeia, se assiste a uma mudança, pois já não se ensina apenas uma língua (monolinguismo), mas sim várias línguas (plurilinguismo).

Cruz & Medeiros (2006, citado por Cruz et al., 2006) a aprendizagem precoce de uma língua permite a expansão dos horizontes dos alunos através do contacto com diferentes línguas e culturas desenvolvendo a consciência do “outro”.

early language learning also allows the expansion of pupils’ horizons by contacting with different languages and cultures, developing a conscience of the Other, towards an exposure towards the linguistic and cultural diversity of Europe.

Moreover, this will promote a learning based on European diversity, preparing the ground for a more advanced plurilingual teaching as well as promoting confidence in the success of foreign language learning throughout the children’s lives. Using other words, the early introduction of a foreign language helps children to develop the understanding towards different people and allows the intercomprehension among people (p.57).

Segundo Mourão (2001), o ensino “precoce” do Inglês justifica-se atendendo aos seguintes factores:

Capítulo II: Teorias sobre os prós e os contra da aprendizagem “precoce” da Língua Estrangeira

1. Considera-se que os 10 anos constituem a fase sensível para a aprendizagem da língua. Existem mesmo provas que sugerem que logo após os 6 anos as capacidades para a discriminação e reconhecimento do som, a entoação e a pronúncia começam a deteriorar-se (Schmid-schonbein, 1979, citado por Mourão, 2001);
2. As crianças que começam uma Língua Estrangeira (L.E.) mais cedo têm uma visão cultural mais abrangente do que as crianças monolíngues. Elas são também mais tolerantes com as pessoas que são diferentes (Mourão, 2001);
3. A aprendizagem de uma L.E. contribuir significativamente para o desenvolvimento das capacidades cognitivas (Mourão, 2001);
4. As crianças apresentam um elevado grau de motivação e preocupam-se menos com o facto de errarem perante os outros; têm uma grande vontade de comunicar e usam a L.E. com facilidade (Mourão, 2001);
5. As crianças aprenderem de forma indirecta, fazendo mímica e imitando, através de jogos e canções. Deste modo, enquanto estão a fazer estas actividades adquirem a L.E. da mesma forma que adquirem a sua Língua Materna (L.M) (Halliwell, 1992, citado por Mourão, 2001).

Porém, segundo Brumfit, Moon & Tongue (1991), não é consensual a ideia de que os alunos mais novos aprendem a língua estrangeira mais eficazmente do que as crianças mais velhas ou os adultos. De forma geral, as provas não são muito claras.

Singleton (1989, citado por Brumfit et al., 1991) considera que, no entanto, existem algumas razões para ensinar Inglês ao 1º Ciclo, nomeadamente:

- The need to expose children from early age to an understanding of foreign cultures so that they grow up tolerant and sympathetic to others;
- The need to link communication to the understanding of new concepts;
- The need for maximum learning time - the earlier you start the more time you get;
- The advantage of starting with early second language instruction so that later the language can be used as a medium of teaching (p.vi).

Se pensarmos na nossa situação em Portugal tendo em conta estas razões, apercebemo-nos que diferentes países têm diferentes necessidades.

Portugal, não sendo um país bilingue, ou seja, não existindo no país uma segunda língua (L2) usada como função social, proporciona o ensino de uma, duas ou mais línguas estrangeiras por pertencer à Europa, perseguindo os valores de cidadania e de tolerância pelos outros, permitindo construir uma consciência plurilingue e pluricultural defendida pela União Europeia, desenvolvendo a competência de comunicação integradora e a competência comunicativa, possuindo o país os recursos humanos, conhecedores dessas línguas alvo, habilitados para o seu ensino. Estes são factores que determinam as necessidades mais relevantes do nosso país.

Apesar das considerações de Singleton (1989), Brumfit (1991) refere que muitas pessoas acreditam que o factor idade influencia a aprendizagem de uma língua e, para isso, oferecem-se diferentes explicações.

O factor idade pode, simplesmente, resumir-se à ideia de que as crianças têm mais oportunidades do que os adultos. As crianças estão sempre a aprender sem terem as preocupações e as responsabilidades dos adultos. Os seus pais, amigos e professores ajudam-nas a aprender. Além disso, as crianças sentem uma necessidade de aprender uma segunda língua se estão rodeadas por pessoas que a falem, existindo fortes pressões sociais para fazerem o que os adultos esperam delas.

Brumfit (1991) faz alusão a algumas explicações que fundamentam a aprendizagem “precoce” de uma língua estrangeira, tais como aquelas que defendem que o cérebro é mais moldável antes da puberdade do que depois e que a aquisição de línguas é possível sem auto-consciencialização numa idade precoce; também é referido que as crianças têm menos atitudes negativas em relação às línguas estrangeiras e às outras culturas do que os adultos e que, conseqüentemente, as crianças estão mais motivadas do que eles; do mesmo modo, serve de explicação o facto de que a aprendizagem das línguas pelas

crianças está mais ligada à comunicação real porque depende mais do ambiente físico que as rodeia do que aquilo que acontece com o adulto aprendiz; e, finalmente, que as crianças dedicam muito mais quantidade de tempo à aprendizagem das línguas comparando com os adultos e, por isso, são melhores porque exercitam mais.

Mas, estas explicações são, de certo modo, questionadas pelo próprio Brumfit (1991). O próprio pergunta: Se o cérebro da criança é mais moldável, então porque é que tantos adultos aprendem tão bem? Na mesma linha, afirma, também, que muitas destas explicações não se aplicam quando a criança não está imersa na cultura da língua estrangeira e que, então, a relevância de muitas situações de língua estrangeira não é óbvia.

Ao mesmo tempo, diz o mesmo autor, não há provas que sugiram que o ensino das línguas estrangeiras aos mais novos produza maus resultados, a não ser que o professor não esteja treinado ou não haja recursos satisfatórios para o fazer.

Dois publicações acerca da influência do factor idade na aquisição das línguas concluem que, enquanto um começo precoce dá vantagem e certamente não prejudica, não existem teorias que concordem exactamente acerca de quais são as vantagens (Harley 1986, Singleton 1989).

De igual modo, o estudo mencionado anteriormente, publicado pela Comissão Europeia, em Outubro de 2006, que fala da introdução precoce das línguas estrangeiras (Foreign languages in Primary and Preschool Education: Context and Outcomes) é revelador, relativamente à aprendizagem precoce de uma Língua, concluindo que esta aprendizagem pode ter um efeito muito positivo nos alunos, no que respeita às competências linguísticas, atitude positiva em relação às outras línguas e culturas e à autoconfiança. No entanto, diz o mesmo estudo, o começo precoce não garante, por si próprio, melhores resultados do que os que começam mais tarde.

Em suma, das teorias apresentadas nos textos que pudemos ler, pode-se concluir, que não existindo argumentos de várias ordens, incluindo os

Capítulo II: Teorias sobre os prós e os contra da aprendizagem “precoce” da Língua Estrangeira

relacionados com o desenvolvimento cognitivo e psicolinguístico do aprendente, entre outros, que desaconselhem a aprendizagem “precoce” de uma língua estrangeira, a verdade é que também não existem fundamentações, desse tipo, que digam que a aprendizagem em idade mais avançada fique comprometida pelo facto de não se ter feito a iniciação em idade mais tenra.